



DELGADO DE CARVALHO E THEREZINHA DE CASTRO: DA NECESSIDADE DA GEOPOLÍTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

André Luiz de Carvalho ¹
Agner Ferreira dos Santos Moscardi ²

RESUMO

O presente texto discute a importância dos nomes de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro na discussão sobre a aproximação entre a geopolítica e a geografia escolar brasileira. A retomada da obra desses autores, principalmente os trabalhos que tiveram como objeto a valorização da discussão sobre geopolítica, possibilita a reflexão sobre o alcance da geopolítica nos dias atuais, em que a mesma apresenta relação direta com os conflitos entre Estados, com o comércio internacional e nacional, com o direito internacional e nacional, com a distribuição dos recursos naturais, com as questões climáticas, dentre outros. No transcorrer da pesquisa, verificou-se que as legislações concernentes à regulamentação da educação básica no Brasil, apontavam e ainda apontam de maneira tênue para a necessidade de aproximação entre a geografia escolar e a geopolítica. Os referenciais teóricos pesquisados, reforçaram a necessidade de discussão acerca dessa importante lacuna da geografia escolar brasileira em seu processo de contribuição para a formação do cidadão crítico, capacitado para intervir na realidade. O resultado alcançado pela presente discussão foi a identificação da necessidade do desenvolvimento de estratégias que capacitem os professores de Geografia a trabalharem na direção de uma alfabetização geopolítica.

Palavras-chave: ensino de geografia, geopolítica, educação.

ABSTRACT

This text discusses the importance of the names of Delgado de Carvalho and Therezinha de Castro in the discussion about the approximation between geopolitics and Brazilian school geography. The resumption of the work of these authors, especially the works that had as object the appreciation of the discussion on geopolitics, allows for reflection on the scope of geopolitics today, in which it has a direct relationship with conflicts between States, with international trade and national, with international and national law, with the distribution of natural resources, with climate issues, among others. In the course of the research, it was found that the legislation concerning the regulation of basic education in Brazil, pointed and still point in a tenuous way to the need for approximation between school geography and geopolitics. The researched theoretical references reinforced the need for discussion about this important gap in Brazilian school geography in its process of contribution to the formation of critical citizens, capable of intervening

¹ Professor do Magistério Superior, curso de Geografia, campus Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, andre.luiz-carvalho@ufms.br

² Mestrando do Programa de Pós graduação de Geografia, campus Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, agnerfsmoscardi@gmail.com



in reality. The result achieved by this discussion was the identification of the need to develop strategies that enable Geography teachers to work towards geopolitical literacy.

Key words: teaching geography, geopolitics, education

INTRODUÇÃO

O aprofundamento da crise do sistema capitalista e a impossibilidade de sua resolução face às suas inerentes contradições, a atuação das potências capitalistas capitaneadas pelo imperialismo norte americano e seus desdobramentos sobre diferentes países, principalmente os menos desenvolvidos, os problemas que se tornam preocupações para o planeta como um todo, como as questões ambientais, a intensificação do tráfico em suas diferentes modalidades (drogas, armas, pessoas, animais, espécies vegetais, etc.), a intensificação da repressão militar em diferentes países, concentrando-se, principalmente, nas cidades São esses alguns exemplos de situações concretas que mostram que as questões geopolíticas estão mais diretamente presentes no cotidiano das pessoas.

O ensino de geografia, no Brasil, aborda algumas questões importantes relacionadas à geopolítica. No entanto, é necessário assinalar que a impossibilidade de resolução dos graves problemas que o mundo enfrenta, principalmente quando postos nos marcos do capitalismo, coloca a necessidade de ampliação da contribuição que o ensino de Geografia pode e deve oferecer.

É nesse contexto que se entende aqui que a retomada dos nomes de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro é importante não só pela produção intelectual e científica em si, mas principalmente pelo esforço de ambos no que respeita ao destaque dado às discussões de caráter geopolítico para o contexto da Geografia escolar. Sendo assim, dois aspectos foram aqui selecionados: a) o papel e impacto das legislações atinentes à educação básica em sua relação com a disciplina Geografia; b) as perspectivas que hodiernamente se abrem no que respeita à geopolítica e a necessidade de desenvolvimento de estratégias de sua abordagem na educação básica.

A estrutura da presente discussão foi dividida em três partes: na primeira parte, uma breve apresentação de algumas das abordagens acerca da obra de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro cujo conteúdo apresenta o caráter geopolítico, no esforço de ambos para levar essa discussão para a educação básica, através da Geografia;



na segunda parte, far-se-á um breve apanhado das legislações atinentes à regulamentação da educação básica no Brasil, a partir da década de 1970, e chegando aos dias atuais, especificamente em seus aspectos relacionados à disciplina Geografia, em sua relação ou não com a geopolítica; a terceira parte apresenta uma visão sucinta sobre diferentes temas, desenvolvidos por diferentes autores, apontando a necessidade de atualização, bem como do desenvolvimento de estratégias, que possibilitem a sua discussão no âmbito da educação básica a partir da Geografia.

A criação do Colégio Pedro II foi a iniciativa pioneira no sentido de estabelecer um padrão de ensino para a educação básica do Brasil de então e, dessa maneira, a disciplina Geografia fazia sua inauguração enquanto componente curricular dessa educação básica que começa a ser delineada ainda no Brasil imperial (PEREIRA *apud* IBGE p. 105, 2009).

O fato de ter nascido na França devido ao fato de ser filho de diplomata brasileiro atuando neste país, propiciou a Delgado de Carvalho tanto uma formação em instituições escolares que apresentavam níveis de ensino considerados de excelência, quanto o pleno domínio da língua francesa. Além disso, Delgado de Carvalho alimentava a vontade de conhecer e atuar profissionalmente no Brasil, fato que levou a uma ruptura irreconciliável em relação ao pai, um convicto monarquista, e que se desincompatibilizou do Brasil devido à proclamação da República, ocorrida em 1889.

Tendo desembarcado no Brasil, Rio de Janeiro, em 1906, Delgado de Carvalho trabalhou inicialmente em redações de jornais. Entre 1913 e 1916, atuou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Já no início dos anos 1920 torna-se conferencista nas Escolas da Intendência e do Estado Maior do Exército e, a partir da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, faz parte do Curso Livre Superior de Geografia (*Ibidem*, p. 106)

Adentrando mais especificamente à relação envolvendo ensino de Geografia e Geografia Política, dois apontamentos preliminares devem ser postos. Primeiro, o que diz respeito à hipotética distinção envolvendo Geografia Política e Geopolítica. COSTA (2008) entende que o termo “Geopolítica” implica num empobrecimento da discussão levada a cabo pela Geografia Política, principalmente a partir de seus clássicos, como Ratzel, Vallaux, Bowman, dentre outros. Por sua vez, LACOSTE (2005) entende que a Geopolítica também estaria a serviço da construção da vertente que passaria a ganhar mais corpo no âmbito da Geografia acadêmica, principalmente a partir dos anos 1970: a



Geografia Crítica. Logo, o entendimento de Lacoste é que tanto a Geopolítica quanto a Geografia Política estariam preocupados com as questões relacionadas ao poder, nas suas mais diversas formas de manifestação.

Um segundo aspecto a ser discutido é a relação e/ou distinção envolvendo patriotismo e nacionalismo. Na atual conjuntura vivenciada pelo Brasil (mas não somente pelo Brasil), essa discussão ganha relevo devido à divulgação de narrativas envolvendo o termo “patriotismo”. O mesmo valendo para o termo “nacionalismo”. Aqui, as análises vão desde a apresentação de uma visão maniqueísta em que o patriotismo é considerado o “lado bom”, enquanto que o nacionalismo é considerado o “lado ruim”, até as análises que entendem o nacionalismo como uma visão que poderia estar associada tanto à “esquerda”, quanto à “direita”.

Do ponto de vista da conotação dada ao “político” por Delgado de Carvalho, cabe assinalar que o mesmo apresentava a preocupação em constituir uma espécie de representação da pátria a partir de um estudo de caráter eminentemente geográfico que buscasse uma unidade nacional, a partir de seu território. Os traços característicos dessa “visão de patriotismo” estariam presentes em trabalhos como *Methodologia do ensino de Geografia* (1925) e *Geografia – ciência da natureza* (1927) (PEREIRA *apud* IBGE, 2009, p. 107)

Paulatinamente, Delgado de Carvalho foi sequenciando trabalhos que apontavam, de maneira mais intensiva, para a aproximação entre o ensino de Geografia e as abordagens de Geografia Política, destacando-se aqui uma das mais importantes:

... *Introdução à Geografia Política*, (1929), é um opúsculo pouco conhecido destinado a servir de apresentação daquele campo da Geografia a futuras professoras do Distrito Federal. As partir das aulas ministradas no primeiro ano do Curso Normal, Delgado elabora uma síntese dos conceitos fundamentais que, em sua opinião, deveriam ser aplicados aos estudos das principais potências mundiais (*Ibidem*, p. 107)

Então, como pensar a prática escolar concebida por Delgado de Carvalho? As palavras abaixo esclarecem o pensamento do autor, principalmente quando se destaca sua preocupação com a construção de uma Geografia científica:

Em geral, as orientações de Delgado de Carvalho no sentido apontado manifestam a preocupação de adequar o conteúdo ensinado à capacidade cognitiva do aluno, ajudando, ao mesmo tempo, a conformar um discurso unitário e coerente para uma disciplina escolar



que, tendo abandonado seu caráter descritivo e enciclopédico, corria o risco de perder-se em digressões indesejáveis em outros domínios... (*Ibidem*, p. 108)

Conforme destacado acima, há, na literatura geográfica, diferentes visões acerca das semelhanças e diferenças entre a Geografia Política e a Geopolítica. Num contexto em que, com o passar do tempo, o termo Geopolítica se popularizou, autores subsequentes, importantes no Brasil, apresentaram em suas obras a marca e/ou influência de Delgado de Carvalho. Um desses autores é Mario Travassos, em cuja obra o conceito de região natural encontra-se presente. A produção intelectual de Travassos talvez esteja mais vinculada ao que, hoje, se denomina Geopolítica. No entanto, se o transcorrer do tempo reservou a esse termo uma autonomia em relação à Geografia Política, as frequentes referências feitas a Ratzel, Vallaux, Bowman, dentre outros, atestam que a Geopolítica apresenta relação umbilical com aquela.

Do ponto de vista da análise aqui feita, a “maior popularidade” do termo Geopolítica acaba por ser uma ferramenta importante para a Geografia escolar, cabendo aos professores de Geografia e, por extensão, às instituições formadoras de professores de Geografia, o papel central na discussão e debate acerca das estratégias a serem utilizadas na otimização desse debate e, por extensão, na melhoria do ensino de Geografia.

E esse debate não poderia alcançar um nível aprimorado sem levar em conta a obra de Therezinha de Castro que, durante um tempo considerável, estabeleceu importante parceria com Delgado de Carvalho. Segundo algumas versões, teria sido Therezinha de Castro a grande motivadora de Delgado em seu interesse em relação à Geopolítica. De qualquer forma, é fundamental trazer à baila alguns aspectos dessa importante obra, analisando a sua relação com as várias possibilidades que essa influência apresenta no sentido de levar a cabo um projeto que possibilite o emprego mais intensivo desse termo na Geografia escolar.

Além do esforço em direção à Geografia escolar, observa-se que a influência de Therezinha de Castro, em sua produção conjunta com Delgado de Carvalho, marca a etapa em que a Geopolítica aí concebida está em consonância com o aprofundamento das relações internacionais, fato que leva a outros patamares as discussões que ambos realizam tendo como pano de fundo as questões estratégicas.

Nesse sentido, o trabalho produzido pela dupla discutiu, dentre outros, as manifestações de conflitos internacionais associados ao contexto da Guerra Fria, além das reais possibilidades de inserção do Brasil nesse sistema bipolar que, de acordo Delgado



de Carvalho, deveria dar-se pela adesão ao bloco ocidental (PENHA *apud* IBGE, 2009, p. 125).

Outro papel preponderante na atuação de Therezinha de Castro, junto a Delgado de Carvalho, foi na discussão e desenvolvimento da chamada “teoria da defrontação”. A partir dessa teoria, a autora reivindicava para o Brasil o direito de estabelecer bases científica na Antártica devido ao fato de seu vasto território estar ‘defronte’ ao continente gelado e dele sofrer várias influências, principalmente climáticas. A estratégia concebida se consubstanciaria numa atuação diplomática junto a países do Hemisfério Sul e, posteriormente, a resolução da “partilha da Antártica” a partir da Conferência Internacional de Geofísica, ocorrida no ano de 1957. (*Ibidem*, p. 126).

Somente em 1973 o governo brasileiro efetivou, após aprovação no Congresso, apoio deliberado a uma missão brasileira para a Antártica. Em 1975 o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica. É também importante assinalar que, ainda nos anos 1950, período em que o Brasil começou a se inserir nas discussões relativas à Antártica, o governo argentino chegou a opor-se às intenções do Brasil, alegando soberania sobre áreas adjacentes ao “continente gelado” que serviriam como passagem para a chegada ao território reivindicado. (*Ibidem*, p. 128)

Therezinha de Castro teorizou também sobre o Atlântico Sul, aproximando essa linha de pensamento com importantes nomes da estratégia militar brasileira, como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Importante observar que, no âmbito dessa linha de pensamento militar que remonta aos anos 1960, a doutrina apregoada era a da “contenção da ameaça comunista”, posta num contexto, o da Guerra Fria ou mundo bipolar.

No entanto, e passadas já três décadas de fim do mundo bipolar, continua prevalecendo, no Brasil, a mesma doutrina militar então vigente nos anos 1960 e 1970, principalmente (reforçada pela vigência, no país, da ditadura militar).

Observa-se que as opções, tanto de Therezinha de Castro, quanto de Delgado de Carvalho, era a de, dentro de uma estrita visão binária, manter fortes vínculos com o chamado Ocidente, inclusive não apresentando uma visão crítica quanto às consequências em relação à soberania brasileira.

Cabe ressaltar então, que o quadro no que concerne às atuais questões geopolíticas, é sensivelmente diferente daquele observado no contexto da Guerra Fria. E



mesmo naquele contexto o Brasil poderia ter apresentado outra posição, que não necessariamente fosse essa de uma visão binária estrita.

No entanto, cabe destacar também que Therezinha de Castro chegou a apresentar óbices no que concerne à relação entre Brasil e Estados Unidos:

Ao contrário dos outros pensadores geopolíticos, as relações brasileiras com os Estados Unidos não são visualizadas como fundamentais, pois o comportamento do governo norte-americano a parti da década de 1970, debilitou os laços diplomáticos entre os dois países. Nesse aspecto, Castro [...] se refere à desconfiança do Presidente Carter com relação ao programa nuclear brasileiro e ao respaldo que a administração Reagan outorgou à Grã-Bretanha em detrimento da Argentina, na guerra das Malvinas. Segundo ela, estas e outras disputas com os Estados Unidos levaram o governo brasileiro a adotar uma política externa de “pragmatismo construtivo” que o afastou de uma inclinação estratégica pró norte-americana e aproximou-o de seus vizinhos sul-americanos (*Ibidem*, p. 132)

Essas observações de Therezinha de Castro por si só mostram a importância da discussão sobre geopolítica na sala de aula. As relações entre Brasil e Estados Unidos são repletas de capítulos que dizem respeito a ao menos duas palavras chaves nesse âmbito: soberania e desenvolvimento. Novamente pode-se recorrer a uma breve comparação em relação ao contexto descrito e analisado por Therezinha de Castro e a situação hodierna no Brasil. A conclusão a respeito da necessidade de um melhor desenvolvimento da discussão sobre geopolítica em sala de aula, tendo a Geografia como uma de suas principais protagonistas, fica evidenciada.

Fica evidenciado que a abordagem acerca da visão de geopolítica de Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho é passível das mais diversas críticas. Nesse sentido, outro aspecto a ser destacado, diz respeito à restrição de boa parte dessas discussões aos círculos militares. Se havia a proposta de uma geografia escolar que encampasse debates sobre Geopolítica, por um lado, houve também a sua restrição, principalmente no que respeita aos temas que poderiam ser considerados mais acalorados. À Geografia escolar coube muito mais a discussão sobre um patriotismo que não deixava de ser importante, mas que, ao que parece, deveria minimamente estar acompanhada de uma discussão *aprofundada* acerca do povo brasileiro, em seu processo de formação e consolidação (ou não!). Ou seja, a nação brasileira.



No que respeita à segunda parte dessa discussão, é necessário apontar e discutir, ainda que muito brevemente em função desse espaço, os desdobramentos a respeito da aplicação das legislações que foram se sucedendo, principalmente a partir dos anos 1970.

Conforme já apontado, a Geografia escolar no Brasil remonta ao ano de 1837 quando foi criado o Colégio Pedro II. No entanto, naquele período, essa disciplina apresentava o caráter estritamente mnemônico, além de, na prática, ser acessível apenas a uns poucos candidatos a comporem os quadros políticos do Brasil Império.

A partir de 1934, a Geografia escolar ganha um importante impulso com a institucionalização da Geografia, ou seja, a criação do primeiro curso superior atuando na formação de professores específicos nessa disciplina.

O salto dado em direção aos anos 1970 se deve a um contexto em específico, que foi a ascensão da ditadura militar, período em que, simultaneamente, avançou-se na ampliação do acesso à educação básica, ao mesmo tempo que passou a ocorrer sucessivas quedas na qualidade desse nível de ensino. Paralelo a isso, foram surgindo várias instituições de ensino superior privadas, muitas delas oferecendo cursos de licenciaturas cuja qualidade era, na maioria das vezes, duvidosa.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5692/1971, tornava obrigatório o ensino na faixa etária dos 7 aos 14 anos. No que concerne à Geografia escolar, o período que corresponde ao início da ditadura militar marca a fusão dessa disciplina com a História, dando origem aos Estudos Sociais, esvaziando sobremaneira ambas. Esse esvaziamento tinha como origem, obviamente, o próprio processo de formação dos professores dessa nova disciplina, já que a mesma se resumia a um “apanhado” de ambas.

Já os PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais, tiveram o início de sua aprovação no ano de 1997. Uma das principais críticas aos PCN's é que a sua elaboração não contou com uma participação mais democrática, principalmente da parte de professor e comunidades. Os reflexos negativos dessa situação, do ponto de vista da Geografia escolar são mais ou menos óbvios: o potencial que essa disciplina apresenta foi restringido em função da intenção em se homogeneizar a sua abordagem.

A LDB nº 9394/1996 substituiu a LDB nº 5692/1971, apresentando um escopo superior à seu antecedente: foram incorporados o ensino superior e a educação indígena, por exemplo. No que respeita à disciplina Geografia não houve alterações substanciais devido à manutenção da vigência dos PCN's.



Já na BNCC – Base Nacional Comum Curricular a referência feita à Geopolítica aponta que:

Ao utilizar corretamente os conceitos geográficos, mobilizando o pensamento espacial e aplicando procedimentos de pesquisa e análise das informações geográficas, os alunos podem reconhecer: a desigualdade no uso dos recursos naturais pela população mundial: *o impacto da distribuição territorial das disputas geopolíticas*; e a desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais. Desse modo, a aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos raciais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza (BNCC, 2017, p. 357)

A crítica aqui feita é que o atual momento geopolítico observado no mundo apresenta uma complexidade muito maior em relação às palavras acima apresentadas, mostrando a insuficiência dessa definição. Além disso, os prováveis impactos da BNCC na disciplina Geografia, no ensino médio, são ainda piores face à possibilidade concreta, inclusive já identificada em algumas escolas, de diminuição da quantidade de aulas para esse nível de ensino da educação básica.

A atual situação da Geopolítica requer, portanto, estratégias mais ambiciosas, que ultrapassem o que vem definido na proposta da BNCC.

Conseqüentemente, cabe trazer apontamentos de algumas leituras que possibilitem identificar, ao menos em parte, a maior complexidade da Geopolítica nos dias atuais.

Alguns temas em Geopolítica são “antigos”; no entanto, se apresentam com nova roupagem no atual recorte. Exemplo disso é a relação dos Estados Unidos com a América Latina, principalmente em função da “sombra” feita pela China, cuja estratégia se pauta muito na oferta de investimentos em troca da oferta de, por exemplo, matérias primas fundamentais para a sua manutenção.

O aporte teórico aqui elencado apresenta questões geopolíticas relacionadas ao clima, relacionadas à vida nas cidades e, junto a essas, relacionadas ao terrorismo. Além disso, deve-se levar em conta a liderança cada vez mais restrita dos Estados Unidos enquanto superpotência isolada. Nesse sentido, caminha-se para o aporte teórico que, justamente, mostra essa nova realidade a justificar a necessidade de aprofundamento da discussão sobre geopolítica no ensino de Geografia.



METODOLOGIA

A perspectiva crítica embasou a metodologia aqui adotada. Essa escolha exigiu a análise acerca das contradições e conflitos postos nos diferentes aspectos aqui considerados. Procedeu-se à revisão bibliográfica no sentido de selecionar obras que, para a presente discussão, embasassem melhor essa perspectiva crítica. Foi o caso da escolha das obras de Lacoste (2005), Cavalcanti (2008), Lênin (2011), Santos (2009), dentre outros. Verificou-se a necessidade de abordagem das legislações atinentes à educação básica, escolhendo como ponto de partida a década de 1970 devido ao momento político do país, submetido a uma ditadura militar, levando a consequências diversas na educação básica, como a fusão entre as disciplinas Geografia e História. Ainda na mesma década, intensificou-se o movimento de renovação da ciência geográfica no Brasil, a partir do ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, no ano de 1978 que registrou tanto avanços, quanto retrocessos no que respeita ao uso das categorias de análise fundantes da ciência geográfica, como lugar, território e região, que têm relação direta com várias discussões de caráter geopolítico. A legislação mais recente, a BNCC, poderia ter avançado mais

A escolha da geopolítica enquanto tema aqui entendido como de fundamental importância para o ensino de Geografia, também está relacionado à perspectiva crítica, visto que se observa no atual recorte histórico uma crise sistêmica que aprofunda as contradições já expostas. Essa crise vem provocando diferentes reações: o imperialismo norte-americano tentando manter sua posição hegemônica; a ascensão de outras potências ameaçando essa hegemonia.

Daí, portanto, o resgate dos nomes de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro que, em vários de seus trabalhos, apresentaram a preocupação na relação entre ensino de Geografia e geopolítica.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

As discussões até aqui feitas apontam para a pertinência da presente discussão visto que, conforme diagnóstico feito, a geografia escolar no Brasil ainda necessita de avanços. Prova maior disso é que o estágio verificado há décadas ainda não foi superado. Sendo assim, a Geografia escolar ainda se encontra presa à perspectiva mnemônica, que



Delgado de Carvalho militou contra, além de ainda ser considerada uma disciplina enfadonha, conforme já discutia Yves Lacoste.

As legislações atinentes à educação básica, aplicadas no Brasil, invariavelmente alimentam debates, seja pelo fato de não serem construídas com a participação dos diferentes sujeitos no processo educativo, seja por não contemplarem as diferentes realidades locais e regionais que um país como o Brasil apresenta .

O desenvolvimento de oficinas visando a discussão de estratégias adaptadas à realidade da educação básica tem o potencial para contribuir na melhoria da qualidade desse nível de ensino de da própria disciplina Geografia, na formação do cidadão crítico que possa intervir na realidade que o circunda.

A perspectiva crítica embasou a metodologia aqui adotada. Essa escolha exigiu a análise acerca das contradições e conflitos postos nos diferentes aspectos aqui considerados. Procedeu-se à revisão bibliográfica no sentido de selecionar obras que, para a presente discussão, embasassem melhor essa perspectiva crítica. Foi o caso da escolha das obras de Lacoste (2005), Cavalcanti (2008), Lênin (2011), Santos (2009), dentre outros. Verificou-se a necessidade de abordagem das legislações atinentes à educação básica, escolhendo como ponto de partida a década de 1970 devido ao momento político do país, submetido a uma ditadura militar, levando a consequências diversas na educação básica, como a fusão entre as disciplinas Geografia e História. Ainda na mesma década, intensificou-se o movimento de renovação da ciência geográfica no Brasil, a partir do ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, no ano de 1978 que registrou tanto avanços, quanto retrocessos no que respeita ao uso das categorias de análise fundantes da ciência geográfica, como lugar, território e região, que têm relação direta com várias discussões de caráter geopolítico. A legislação mais recente, a BNCC, poderia ter avançado mais

A escolha da geopolítica enquanto tema aqui entendido como de fundamental importância para o ensino de Geografia, também está relacionado à perspectiva crítica, visto que se observa no atual recorte histórico uma crise sistêmica que aprofunda as contradições já expostas. Essa crise vem provocando diferentes reações: o imperialismo norte-americano tentando manter sua posição hegemônica; a ascensão de outras potências ameaçando essa hegemonia.

Daí, portanto, o resgate dos nomes de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro que, em vários de seus trabalhos, apresentaram a preocupação na relação entre ensino de Geografia e geopolítica.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Geografia, no Brasil, ainda apresenta vários problemas, alguns antigos, outros que surgiram em épocas recentes.

No que respeita ao foco da presente discussão, a importância numa abordagem mais aprofundada da Geopolítica no ensino de Geografia, os problemas também encontram-se tanto no passado quanto no presente recente.

As recentes experiências políticas vivenciadas no Brasil, principalmente do ano de 2014 para cá, mostram a urgência dessa necessidade de abordagem.

No entanto, é sabido que essa luta é difícil, como toda luta em prol da melhoria da educação no Brasil.

Portanto, essa luta não se restringe somente às discussões acadêmicas; ela deve ir muito além. E o Brasil vive um momento em que o resgate das utopias deve vir acompanhado da consciência da dificuldade da luta a ser travada.

No âmbito do ensino de Geografia, o aprofundamento da discussão sobre Geopolítica deve ser entendido como um fundamental na contribuição para a formação de um cidadão crítico, efetivamente capaz de intervir na realidade. E essa é uma contribuição que também pode vir a partir de uma alfabetização geopolítica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BNCC – Base Nacional Comum Curricular, MEC, Brasília, 2017.
- CAVALCANTI, Lana de Souza Geografia, escola e construção do conhecimento 11^a ed., Campinas, Papirus, 2008.
- COSTA, Wanderley Messias da Geografia política e geopolítica discursos sobre o território e o poder, 2^a ed., São Paulo, EDUSP, 2008.
- DE CONTI, Bruno BLIKSTAD, Nicholas Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem o que sejamos e o que queremos ser in Texto para discussão, Instituto de Economia, UNICAMP, 2017.
- FIORI, José Luiz da Costa Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos disponível em <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0010.pdf>
- FREIRE, Paulo Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa, 25^a ed., São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- GIROTTO, Eduardo Donizete SANTOS, David Augusto A Geopolítica e o ensino de Geografia: estratégias didáticas para a retomada do diálogo disponível em <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/7351/4390>



GRAHAM, Stephen Cidades sitiadas – o novo urbanismo militar, trad. Aline Azuma, São Paulo, Boitempo, 2016

IBGE. Geografia e geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Coleção Memória Institucional 16.

LACOSTE, Yves A Geografia isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra, 10ª ed., Campinas, Papirus, 2005.

LEIRNER, Piero C. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida – militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica, São Paulo, Alameda, 2020.

LÊNIN, V. I. O imperialismo: etapa superior do capitalismo, apresentação Plínio de A. Sampaio Jr, Campinas, FE/UNICAMP, 2011.

MÉSZÁROS, Istvan A educação para além do capital, 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto Geopolítica e política exterior Estados Unidos, Brasil e América do Sul, 2ª ed., Brasília, FUNAG, 2010.

SANTOS, Milton Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal, 18ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2009.